
As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém

ANA MARGARIDA ARRUDA¹
CATARINA VIEGAS²
PATRÍCIA BARGÃO³

R E S U M O

Na Alcáçova de Santarém, o consumo de produtos alimentares de origem andaluza está testemunhado desde o século VIII a.C. através da importação de vinho e de preparados de peixe, mas tende a intensificar-se na viragem da Era. As ânforas romanas produzidas na baía gaditana são o objecto deste trabalho, sendo aqui apresentados os seus tipos, e discutidas as suas morfologias e conteúdos. Se a origem destes contentores não levanta grandes dúvidas, a sua cronologia será também perspectivada tendo em consideração os dados que as sequências estratigráficas, obtidas durante os extensos trabalhos de campo, proporcionaram. Os contentores fabricados na Bética meridional, e que transportaram vinho, azeite e preparados de peixe para a Alcáçova de Santarém, são objecto de análise, o que permitiu discutir, num centro de consumo, o processo de romanização dos contentores verificado nos centros produtores, concretamente os que se localizavam na Bética. Durante a época republicana, estas ânforas chegaram acompanhadas de outras de diferentes origens e de conteúdos diversos. Durante o Alto Império, a actual Andaluzia continuou a abastecer a antiga colónia *scallabitana* de produtos alimentares, estando os preparados de peixe documentados em ânforas Dressel 7/11, ainda que outras regiões, como por exemplo a própria Lusitânia, se tenham também constituído enquanto centros abastecedores.

A B S T R A C T

In the Alcáçova of Santarém the consumption of alimentary products from Andaluzia is well known since the 8th century BC (through the wine and fish sauces importations), but in the turning of the Era this trade tends to intensify. The study of the roman amphoras produced in the Cadiz Bay is the gold of this paperwork, therefore the different amphora types, its morphology and its contents are here presented. Through the stratigraphic sequence data that the archaeological diggings revealed, we will discuss chronologies and try to establish a life time term to each type of amphora. This kind of analyses will allow us to study the Romanisation process that took place in Baetica's pottery. During the Roman republic the amphora trade was made along with other amphorae of different origins with several contents. This trade continued during the 1st and 2nd centuries BC, where the Baetican fish sauces, putted in to Dressel 7-11 amphora, were dominant, although other regions, like Lusitania, also supplied this Roman colony.

1. Introdução: o sítio, os trabalhos de campo e a diacronia da ocupação

A actual cidade de Santarém, que corresponde à colónia romana de *Scallabis*, situa-se na margem direita do Tejo, aproximadamente a 80 km da sua foz. Localiza-se sobre um amplo planalto, sobranceiro ao rio Tejo, escarpado nas vertentes sul, este e oeste, implantado no maciço calcário estremenho.

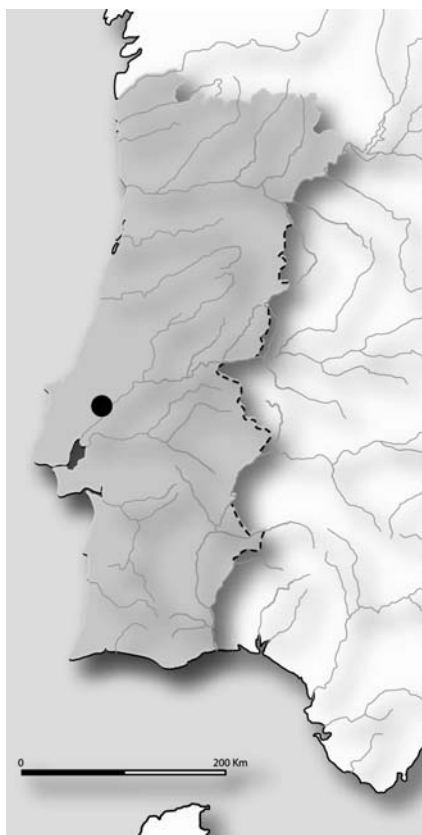


Fig. 1 Localização de Santarém no actual território português.

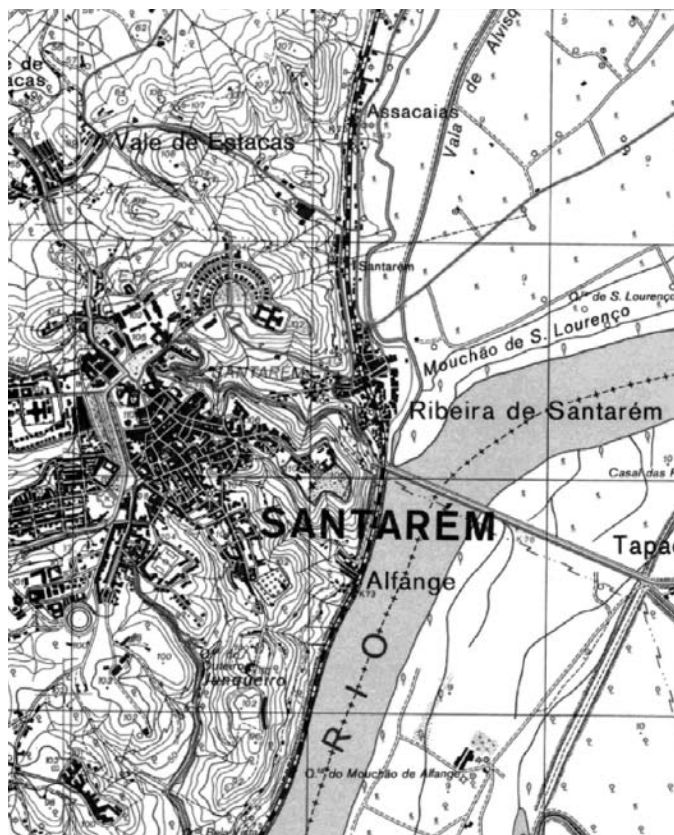


Fig. 2 Localização da Alcáçova de Santarém na Carta Militar 1:25 000.

O sítio possui uma acessibilidade favorável do ponto de vista fluvio-marítimo, podendo ter funcionado, na Antiguidade, como porto com acesso ao interior. A sua proximidade do rio, aliada à implantação em altura, confere ao planalto uma posição estratégica fundamental, de grande domínio visual sobre o Tejo e as lezírias envolventes.

A área escavada na Alcáçova de Santarém tem já uma considerável extensão, o que possibilitou traçar um quadro relativamente preciso da diacronia da ocupação deste sítio arqueológico. Ainda que a sua ocupação humana possa remontar à Idade do Bronze, parece ser durante a Idade do Ferro que a importância do sítio se assume plenamente. A época romana republicana, sobretudo nos seus momentos finais, está também muito bem documentada, o que parece natural dada a função que terá desempenhado durante o pretorado de César. Do período imperial restam abundantes testemunhos, tanto arquitectónicos como ao nível do espólio, com particular incidência no alto Império. A ocupação islâmica foi intensa e manifesta-se sobre-

tudo por um impressionante conjunto de silos escavados no calcário. A longa diacronia da ocupação da Alcáçova de Santarém, e sobretudo os silos e fossas construídos durante o período muçulmano, foram, no entanto, responsáveis pelo mau estado de conservação de alguns níveis arqueológicos, muito particularmente dos que correspondem aos momentos finais da ocupação romana.

2. As ânforas romanas da baía gaditana no conjunto das importações anfóricas de época romana

A importação de produtos alimentares envasados em ânforas é uma realidade na Alcáçova de Santarém desde os primeiros momentos da ocupação sidérica, sendo, contudo, durante a época romana que esta importação está atestada de forma mais significativa.

O momento melhor documentado no que respeita às importações anfóricas é, sem dúvida, a época republicana, momento em que a futura província da Bética e a Itália se assumem como os centros abastecedores por excelência, apesar de algumas ânforas norte africanas desta cronologia terem sido também recolhidas.

O período compreendido entre a segunda metade do século I a.C. e o final do século I d.C. registou o maior número de exemplares de proveniência andaluza, onde se encontrou igualmente uma grande diversidade de formas e conteúdos, que atestam que a futura província da Bética foi o centro abastecedor, por excelência, das populações que aqui habitavam.

As produções costeiras da actual Andaluzia, em momentos tardo-republicanos ou mesmos durante o principado de Augusto, são maioritárias. Apesar de estarem documentadas grandes quantidades de ânforas produzidas no vale do médio e alto Guadalquivir, concretamente Haltan 70, Classe 67 e Oberaden 83, as primeiras são claramente dominantes.

Essa situação mantém-se durante o Alto-Império, com a importação de significativas quantidades de ânforas de preparados de peixe, nas formas Dressel 7 a 11, e com o azeite bético a chegar em ânforas Dressel 20 produzidas no vale do Guadalquivir.

Durante todo o século I d.C., estão também já presentes alguns exemplares de produção lusitana, sob a forma arcaica da Dressel 14 (Arruda, Viegas e Bargão, no prelo).

A partir de meados do século II d.C., as importações de ânforas oriundas da baía gaditana diminuem drasticamente, estando apenas documentados escassos fragmentos de Beltrán II. A presença de ânforas lusitanas é agora significativa (Arruda, Viegas e Bargão, no prelo) e foram recolhidos escassos exemplares norte-africanos.

Importa ainda referir que a amostra que é objecto deste estudo se reporta apenas às ânforas da baía gaditana recolhidas entre 1983 e 1998. Ficaram pois a aguardar estudo posterior as que foram exumadas nos trabalhos levados a efeito entre 1999 e 2001, estudo esse, que tendo em conta os dados de outras categorias cerâmicas já analisadas, não deverá alterar significativamente o quadro formal e cronológico agora apresentado.

Os dados quantitativos relativos às produções do Guadalquivir (em estudo por Rui Almeida) abarcam já a totalidade da amostra.

Assim, as comparações entre as duas áreas da Andaluzia são sempre feitas em termos percentuais e nunca em números estritos, indicando pois tendências, e, naturalmente, estarão sujeitas a alterações posteriores.

3. Época republicana

3.1. As formas

Tipo 9.1.1.1. de Ramon Torres

Na Alcáçova de Santarém, foram recolhidos seis fragmentos de bordo de uma pequena ânfora inspirada em modelos púnicos de produção ocidental. Trata-se do tipo T.9.1.1.1. (E2 de Cádiz, e de Muñoz, CC.NN de Sanmartí) (Ramon Torres, 1995, p. 227).

No conjunto escalabitano, apenas um fragmento é de origem norte-africana. Os exemplares gaditanos, que também não são abundantes, representam cerca de 2% do conjunto republicano e apresentam bordos e paredes verticais, espessados internamente.

A cronologia destas ânforas está balizada entre o final do século IV (segundo a cronologia do Cerro Macareno) e o século I a.C., e o seu conteúdo piscícola está atestado através da iconografia, tendo sido encontradas estampilhas de cartelas com atuns em alguns exemplares da baía gaditana. A sua produção está documentada em vários locais da área de Cádiz, nomeadamente em San Fernando e Perry Junquera (García Vargas, 1996, p. 64).

Esta forma, abundante nos acampamentos numantinos do século II a.C., não é frequente no actual território português, mas parece fundamental referir que nos poucos sítios da futura Lusitânia em que está documentada surge, exclusivamente, em contextos republicanos, como é o caso de Castro Marim (Arruda et al., no prelo) e do Castelo de São Jorge (Pimenta, 2004). Tudo indica, portanto, que a distribuição deste tipo anfórico no Ocidente é já de âmbito romano, apesar de o seu fabrico se ter iniciado no século IV a.C.

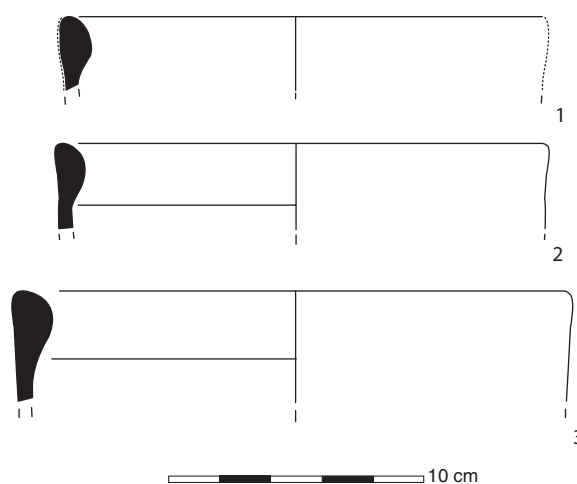


Fig. 3 Ânforas do T. 9.1.1.1. de Ramon Torres.

Mañá C2

As ânforas de tipo Mañá C2 estão presentes em grandes quantidades na Alcáçova de Santarém, correspondendo a 82% da amostra de âmbito das produções republicanas da Baía de Cádiz. Foram já alvo de publicação específica, onde se tratou a questão dos fabricos, dos contextos e das cronologias (Arruda e Almeida, 1998). Parece, contudo, importante referir aqui que a esmagadora maioria dos fragmentos apresenta pastas e características de fabrico passíveis de serem integradas em *ateliers* ocidentais, concretamente da área de Cádiz, existindo, no entanto, um cuja pasta e a forma permitem associá-lo a uma produção da área Cartago/Tunes (Arruda e Almeida, 1998). Este foi recolhido num contexto que pode relacionar-se com a instalação, em 138 a.C., de efectivos militares no acampamento romano dos Chões de Alpompe, localizado em área próxima.

As ânforas Mañá C2 correspondem a um modelo púnico de ânfora (daí que tenham sido, algumas vezes, chamadas de neo-púnicas) e têm corpo cilíndrico, bordo exvertido e moldurado, colo estreito e bitroncocónico, asas curtas, de secção circular, colocadas na parte inferior do ombro e fundos ocós e cilíndricos.

A maioria dos exemplares recolhidos em Santarém integra-se no tipo 7.4.3.3. de Ramón Torres (1995), tipo que é aliás também o melhor documentado em todos os outros centros de consumo portugueses, de que o conjunto de Castro Marim, no Algarve, constitui um bom exemplo (Arruda et al., no prelo).

Ainda que o início da produção desta forma possa datar-se entre os finais do século III/inícios do II a.C., o certo é que o seu fabrico se prolongou até ao final do século I a.C. Desta cronologia mais tardia data a grande maioria dos fragmentos recolhidos no sítio ribatejano, com excepção do que terá sido fabricado no Norte de África.

O conteúdo piscícola deste tipo anfórico não é discutível e a área da sua dispersão no território actualmente português não apresenta alterações significativas em relação à que os artigos anteriormente citados indicaram (Arruda e Almeida, 1998 e Arruda et al., no prelo).

A grande maioria dos exemplares de ânforas do tipo Mañá C2 de Santarém é proveniente de níveis sem contexto arqueológico preciso. Muitos, no entanto, foram recolhidos em unidades estratigráficas tardo republicanas (Arruda e Almeida, 1998). Aquele que foi considerado de produção africana está associado, como já se referiu, a materiais de cronologia mais antiga, concretamente da segunda metade do século II a.C.

Castro Marim 1

No Castelo de Castro Marim, em níveis tardo republicanos, identificámos um tipo de ânfora caracterizado por bordos de pequeno diâmetro, sem espessamento ou com um leve engrossamento interno, ombro de paredes rectas e horizontais, constituindo uma espécie de disco. O corpo é cilíndrico e estreito, de paredes rectas, e a ligação entre o corpo e o bordo é efectuada por uma carena, formando um ângulo próximo dos 90°. Não sendo passível de integração em nenhuma das tipologias conhecidas, foi aí denominada de Castro Marim 1, sítio onde a sua presença é muito significativa (130 fragmentos) (Arruda et al., no prelo).

Reconhecemos, no entanto, que «esta morfologia apresenta grandes semelhanças com alguns tipos de análoga cronologia, nomeadamente o T.5.2.3.1. e o T.5.2.1.2. de Ramon Torres» (Arruda et al., no prelo), sendo perceptível a sua filiação nas formas D de Pellicer, particularmente a forma D4, e suas variantes evolucionadas (Pellicer, 1978, 1982).

As características morfológicas, bem como a descrição macroscópica das pastas (que indicam um fabrico gaditano), permitiram que tivesse sido proposto um conteúdo piscícola, que, dado o reduzido diâmetro de bordo, teria que ser, obrigatoriamente, líquido ou colóide.

Na Alcáçova de Santarém, foram recolhidos cinco fragmentos de bordo que podemos incluir nesta forma (2% do conjunto republicano), cujas

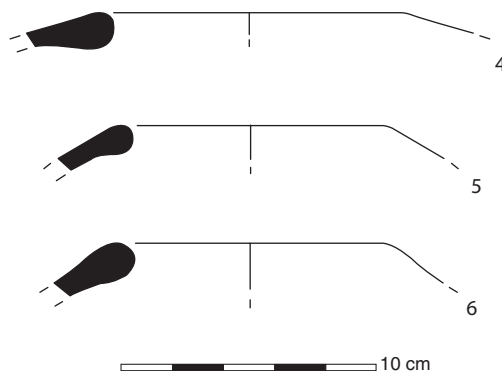


Fig. 4 Ânforas Castro Marim I.

pastas, sendo idênticas às de Castro Marim, possibilitam associá-los a centros de fabrico localizados na área da baía gaditana.

Em Portugal, e para além dos 130 exemplares de Castro Marim (Arruda et al., no prelo) e de Santarém, sabemos da sua presença, aliás muito abundante, em Faro (materiais em estudo por uma de nós C.V.).

O contexto de recolha de dois exemplares (Fig. 4, n.ºs 4 e 5) localiza-se numa área da Alcáçova, escavada em 1998, onde os níveis escavados não ultrapassavam a época republicana.

Dressel 1

Inspiradas na morfologia das ânforas greco-italicas, possuem lábios verticais de secção triangular, colos cilíndricos, corpos fusiformes e bicos cónicos, geralmente maciços.

O início da sua produção situa-se, na Península Itálica, no século II a.C., havendo dados que documentam diversas áreas de fabrico (Peacock, 1977; Hesnard e Lemoine, 1981).

Durante a primeira metade do século I a.C., com o chamado fenómeno de “romanização dos contentores”, verificou-se uma proliferação dos centros produtores deste tipo de ânfora em vastas áreas exteriores à Itália, nomeadamente na Gália e no que corresponderá às províncias imperiais da Tarraconense e da Bética, tendo sido reproduzidos os modelos itálicos das Classes 2 e 3/5 (Peacock e Williams, 1991).

No que respeita especificamente às produções da Andaluzia meridional, a forma está documentada na área de Cádiz, Algeciras e Málaga. Trata-se de imitações ou reproduções locais de protótipos itálicos, enquadráveis no tipo Dressel 1 (García Vargas, 2000, p. 61).

Nas primeiras produções romanizadas da baía gaditana, a forma mais abundante é a variante C (García Vargas, 2000, p. 61), situação que também ficou provada nos exemplares recolhidos em Santarém.

Se a associação de um conteúdo vinário aos contentores desta forma de fabrico itálico não é questionável, no que respeita aos peninsulares a situação é mais problemática. Com efeito, tanto para as ânforas greco-italicas produzidas em Cádiz, como para as Dressel 1C de igual origem foi já estabelecida a sua associação a um conteúdo piscícola (García Vargas, 2000, p. 62; Bernal et al., 2003, p. 305-313).

A Dressel 1 está abundantemente documentada na Alcáçova de Santarém. Trata-se do contentor de transporte de vinho melhor representado no sítio, nos níveis republicanos. Contudo, a esmagadora maioria dos exemplares recolhidos possui as características pastas do Lácio e da Campânia, sendo escassos os fragmentos de produção andaluza. Estes últimos correspondem, exclusivamente, à variante C deste tipo.



Fig. 5 Ânforas do tipo Dressel 1.

Em Santarém, foram recolhidos quatro fragmentos cujo fabrico se insere nas produções costeiras, o que corresponde a cerca de 1% da amostra de época republicana com esta proveniência. Estes dados reflectem a escassez, na Alcáçova de Santarém, destas produções hispânicas costeiras de Dressel 1, situação também verificada no caso de ânforas do mesmo tipo, mas produzidas no vale do Guadalquivir (Arruda e Almeida, 2000, p. 714).

Um dos fragmentos (Fig. 5, n.º 8) ocorre num contexto datado do período tardo republicano onde se registaram ânforas da Classe 32, da Classe 67 e da Classe 15, além de cerâmica de paredes finas e de cerâmica comum cinzenta romana (Viegas, 2003, p. 240).

Classe 67

A Classe 67 corresponde a uma das primeiras ânforas, tipicamente ocidentais, de inspiração romana, também conhecida na bibliografia espanhola por Lomba do Canho 67 (Molina Vidal, 1995, 2000).

São contentores de morfologia ovóide, cuja particular característica é a existência de uma moldura ou ressalto, bem marcado e saliente, que estabelece a separação entre o lábio e o colo (Fabião, 1989, p. 65). Os bicos fundeiros são pequenos e cónicos (Fabião, 1998, p. 398), podendo existir exemplares ocos e maciços.

O início da sua produção está situado na primeira metade do século I a.C., ainda que esta perdure até ao reinado de Augusto.

Existem evidências do fabrico deste tipo de ânforas, quer no norte de África (Sala), quer no sul da Península Ibérica (Baía de Cádiz e Algeciras), sendo, actualmente, consensual alguma variabilidade do conteúdo transportado (preparados de peixe, azeite, vinho ou *defrutum*).

Esta forma encontra-se largamente difundida desde a Península Itálica até ao Norte de Portugal, existindo mais de uma dezena de sítios no nosso território onde está documentada, ainda que os locais que possuem quantidades significativas de ânforas desta classe sejam escassos. Numerosos são os conjuntos da Lomba do Canho (Fabião, 1989, p. 65-67) e de Castro Marim (Arruda et al.,

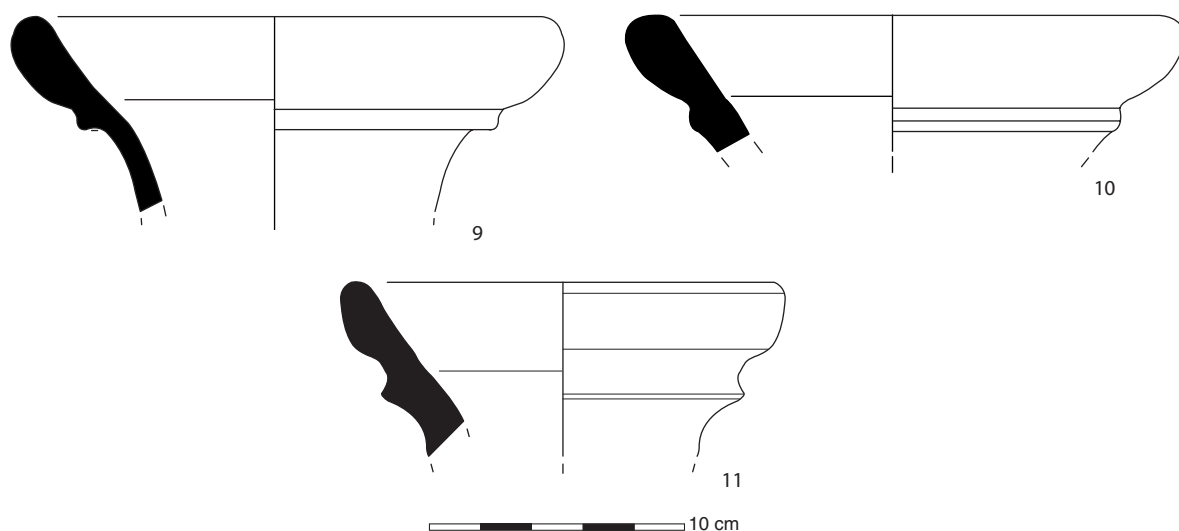


Fig. 6 Ânforas da Classe 67.

no prelo). No Norte de África, Lixus (Aranegui, 2001) e Thamusida (Callu et al., 1965) são os lugares que se destacam como centros consumidores do produto transportado neste tipo anfórico.

As ânforas da Classe 67 estão bem documentadas na Alcáçova de Santarém. No entanto, a grande maioria foi produzida no vale do Guadalquivir, sendo escassas as fabricadas na Baía de Cádiz. Estas últimas correspondem apenas a 2% da amostra republicana. Assim, e tal como em todos os outros centros de consumo conhecidos, a predominância, nesta forma, das produções do vale do Guadalquivir sobre as do litoral tornou-se evidente.

Dressel 12

Foi já proposto (García Vargas, 2000) que a forma Dressel 12 poderia ter evoluído a partir da Dressel 1C de produção hispânica. De qualquer modo, a contemporaneidade de ambas, em momentos muito recuados (século I a.C.), está demonstrada. Certo é tratar-se de uma produção andaluza, quer do vale do Guadalquivir, quer da baía gaditana, produção essa que, tendo sido iniciada em meados do século I a.C., é ainda uma realidade nos meados da centúria seguinte.

A evidência dos centros de consumo permite constatar a existência de duas áreas de produção bética, concretamente o Vale do Guadalquivir e a baía gaditana, a última das quais também demonstrada nos fornos de Puerto de Santa María e Puerto Real (García Vargas, 1998, p. 95).

Quanto ao conteúdo, os *tituli picti* publicados por Gottwalles (*apud* García Vargas, 2000, p. 64) não deixam dúvidas: trata-se de preparados de peixe.

Não são muitos os sítios portugueses onde foram recolhidos fragmentos destas ânforas, havendo que citar o acampamento militar da Lomba do Canho (Fabião, 1989, p. 71) e Monte Mozinho (Soeiro, 1984). No entanto, nestes dois sítios as características das pastas das ânforas deste tipo fazem supor uma área produtiva localizada no vale do Guadalquivir.

Em Santarém, os fragmentos de bordo integráveis nesta forma não são muito frequentes, apesar de as duas áreas produtivas terem sido identificadas. No conjunto gaditano de época republicana, representam 6%.

Os nossos exemplares possuem bordos altos, de paredes rectas ou ligeiramente exvasadas, de secção rectangular, com diâmetros compreendidos entre os 18 cm e 21 cm. Os colos são tendência cilíndrica ou troncocónica.

Quanto ao contexto arqueológico destes exemplares, verifica-se que uma peça (Fig. 7, n.º 18) foi recolhida em níveis datados, através da presença de *terra sigillata* itálica e sudgálica, de meados do séc I (Viegas, 2003, p. 234). A ocorrência de ânforas desta forma está igualmente atestada em níveis com cronologia dos finais do reinado de Augusto ou inícios de Tibério, como ficou comprovado pela presença de *terra sigillata* do tipo itálico das formas Consp. 12, 18, 22, 23 e 30 (Viegas, 2003, p. 240). Um dos fragmentos (Fig. 7, n.º 15) é originário de um contexto que «ofreciò bastante material del periodo tardo republicano (ânforas Dressel 1, Haltern 70, Mañá C2, cerámica campaniense A, B y B-oide, cerámica de paredes finas y común» (Arruda, 1999/2000, p. 149).

Ânforas oleárias

Do conjunto anfórico destaca-se a presença de 3 fragmentos de bordo que correspondem ânforas oleárias e são passíveis de integração na Classe 24 (Peacock e Williams, 1991), forma produzida na Bética que precede o aparecimento da Dressel 20 (Classe 25).

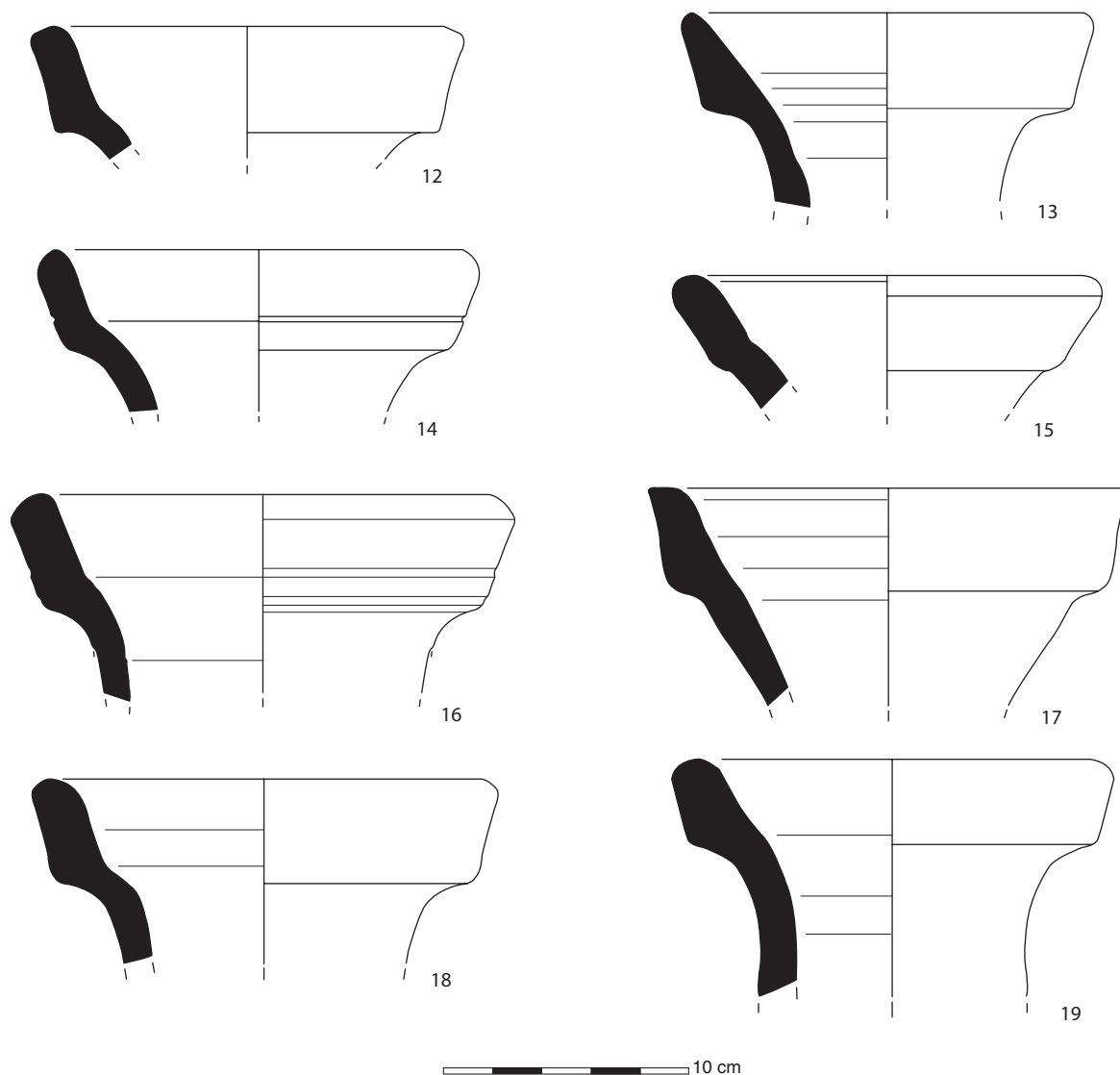


Fig. 7 Ânforas do tipo Dressel 12.

Os seus limites cronológicos podem balizar-se entre os meados do século I a.C. e os inícios do reinado de Augusto.

A diferenciação entre as várias ânforas ovóides gaditanas antigas é difícil, dada a grande variação formal ao nível do bordo. Alguns autores consideram que a distinção morfológica dos bordos possui um significado cronológico, e as semelhanças existentes entre alguns deles e os das ânforas da Classe 15 permitiram propor uma cronologia relativamente antiga para aqueles exemplares. Por outro lado, a existência de bordos moldurados, que se assemelham aos da Classe 67, levariam a integrar esta variante de bordo na forma conhecida por Oberaden 83.

Os bordos da Alcáçova de Santarém são oblíquos de perfil ovalado ou subcircular, com 15 cm de diâmetro médio.

Existem em Santarém grandes quantidades de exemplares desta forma com origem no Vale do Guadalquivir. A produção na área costeira, talvez mais antiga (García Vargas, 2000, p. 67), encontra-se no sítio ribatejano escassamente documentada.

No actual território português, logramos encontrar um bom paralelo formal para os nossos fragmentos no acampamento romano da Lomba do Canho (Fabião, 1989, p. 72, Fig. 6, n.ºs 721 e 880).

Dois outros exemplares parecem tratar-se de fragmentos integráveis na forma Dressel 20 augustana, ainda que esta classificação seja feita com reservas. Tal como as anteriores, a sua produção, sendo bética, está associada, fundamentalmente, ao vale do Guadalquivir, estando a forma raramente documentada em fabricos costeiros.

Quanto ao contexto estratigráfico, verifica-se que um dos bordos da forma Oberaden 83 (Fig. 8, n.º 20) foi recolhido em estratos datados do período tardo republicano, onde está ausente a *terra sigillata* e onde se recolheram outros tipos de ânforas, concretamente Classe 32, ovóides antigas do Guadalquivir, Dressel 2-4, Dressel 1, Classe 15 e 16, além de cerâmica de paredes finas (Arruda e Sousa, 2003), e Campaniense B-óide (Viegas, 2003, p. 219). Outra peça desta forma (Fig. 8, n.º 21) ocorre em estratos associados à fase de construção do templo romano do final período republicano (Viegas, 2003, p. 252).

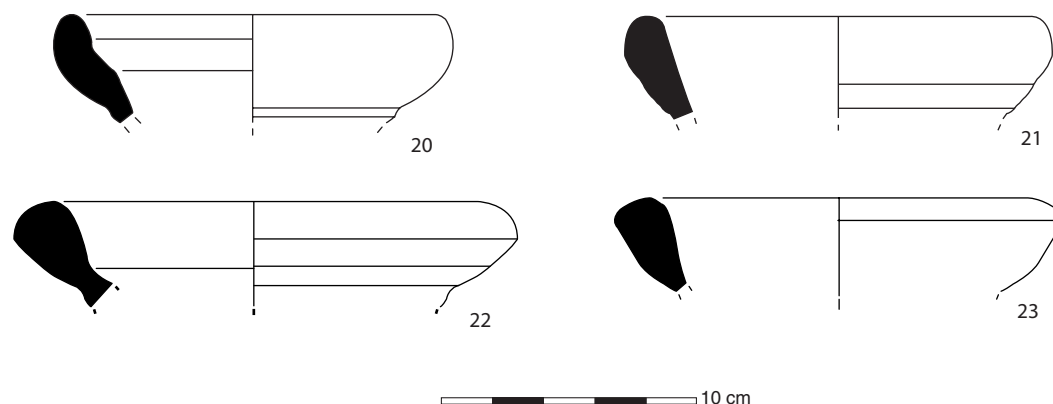


Fig. 8 Ânforas oleárias.

4.Época imperial

4.1. As formas

Dressel 7-11

Embora as ânforas dos tipos Dressel 7, 8, 9, 10 e 11 possuam características formais distintas que, quando estamos perante exemplares inteiros, permitem identificar a sua indiscutível singularidade, torna-se tarefa difícil enquadrar apenas fragmentos de bordo em cada um dos tipos diferenciados por Dressel.

Por este motivo, alguns investigadores como N. Lamboglia ou F. Zevi agruparam algumas, ou mesmo todas, destas formas num único tipo, com excepção da forma Haltern 70 (Classe 15), que foi individualizada e desvinculada do grupo I de Beltrán, na sequência da publicação do naufrágio de Port Vendres (Colls et al., 1977).

Trata-se de ânforas de preparados de peixe, produzidas, em grande número, na baía gaditana, entre o reinado de Augusto e o início do século II d.C. Os centros produtores, localizados

em San Fernando, Puerto Real ou Puerto de Santa María fabricaram, em grandes quantidades, contentores desta morfologia, em todas as suas variantes. A validade da aplicação da tabela de Dressel no que respeita aos exemplares provenientes das olarias possibilitou que aí se tornasse possível considerar cada uma destas formas individualmente (García Vargas, 1998, p. 77).

A quantidade de exemplares e a variedade formal patente nos bordos de Santarém poderá indicar que estamos perante diferentes morfologias enquadráveis nas diversas formas publicadas no *CIL* (Dressel, 1889). Mas também sabemos que algumas Dressel 7 e Dressel 10 apenas se diferenciam pela dimensão do corpo e pelo tipo de bico fundeiro. Por outro lado, as semelhanças formais entre os bordos da Dressel 10 e da Dressel 9 são grandes, fala-se mesmo de Dressel 9/10, estando as diferenças assinaladas exclusivamente ao nível do corpo e das asas. Por outro lado, as Dressel 11 estão mal caracterizadas morfologicamente nos próprios centros produtores, existindo similitudes entre os bordos das Dressel 9 e 10 e as primeiras Dressel 11.

De um modo geral, as ânforas Dressel 7 a 11 possuem um corpo ovóide ou piriforme, colos cilíndricos ou troncocónicos, fundos ocos, cilíndricos, cónicos ou troncocónicos. Os bordos são exvertidos, de secção triangular, rectangular ou sub-rectangular, podendo em alguns casos ser pendentes, verticais e apresentar uma ou várias molduras (García Vargas, 1998).

As ânforas dos tipos 7 a 11 de produção gaditana conheceram uma ampla difusão por toda a bacia do Mediterrâneo Ocidental, atingindo também as províncias a norte, incluindo a Grã-Bretanha (Tyers, 1996, p. 99).

Na Lusitânia, a totalidade dos sítios com ocupação imperial inclui nos seus inventários ânforas destas formas, ainda que a divisão nos tipos concretos não tenha sido efectuada. Conímbriga (Alarcão et al., 1976), Tróia (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994), S. Cucufate (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990), Castro Marim (Arruda et al., no prelo), Faro (Viegas, no prelo) e Torre d'Ares (Fabião, 1993 e em estudo) são exemplos de sítios que importaram grandes quantidades destas ânforas, que, pelo menos em parte, convivem nos mesmos níveis com as de produção Lusitana, concretamente as Dressel 14 arcaicas.

Na Alcáçova de Santarém, existe uma considerável variação morfológica ao nível do perfil, da secção e da inclinação dos bordos, o que poderá traduzir justamente a presença de tipos diversificados no grupo das 7 a 11 e que terá eventualmente um significado formal e cronológico. No entanto, e pelas razões atrás explicitadas não pudemos efectuar a divisão de acordo com os tipos inventariados pelo investigador alemão.

De qualquer modo, podemos afirmar que abundam os tipos característicos da viragem da era, com produção iniciada ainda nos finais do século I a.C., com bordos de tendência vertical ou ligeiramente exvertidos, de secção triangular ou rectangular e sem quaisquer molduras, que podem ser integrados nos tipos Dressel 7 A e 10 A de García Vargas (1998), tipos que, tal como as Dressel 9, evoluem das formas ovóides gaditanas. Dentro deste grupo, pensamos que os bordos de secção rectangular (Fig. 9, n.ºs 26 e 28) poderão integrar o grupo da Dressel 10 A e os de secção triangular (Fig. 9, n.ºs 24, 31 e 34) o da Dressel 7. Neste mesmo grupo, incluímos outros exemplares, de bordo ainda de tendência vertical e sem molduras, mas cuja parede externa do lábio apresenta uma acentuada concavidade (Fig. 9, n.ºs 25 e 32).

Para além deste grupo, pudemos constatar a existência de um outro (Fig. 10), constituído por bordos consideravelmente exvertidos, moldurados com uma ou mais molduras, de secção de rectangular ou triangular. Caso os nossos fragmentos tivessem maior dimensão do que efectivamente têm, e os corpos, as asas e os fundos pudessem, na sua dimensão, ter sido também avaliados seria talvez possível atribuir-lhes uma classificação mais exacta. Assim, podemos apenas dizer que se trata de bordos que cabem indistintamente no grupo 10 D e 9 de Dressel (García Vargas, 1998).

A existência das molduras sobre o bordo, para além dos dados cronológicos que para estes tipos se documentam nos fornos da baía gaditana, permite afirmar que as nossas ânforas Dressel 7 a 11 de lábios moldurados e exvertidos poderão datar-se entre os primeiros decénios do século I e o reinado de Tibério, ainda que saibamos que a forma continuou a ser produzida na segunda metade do século II, como ficou provado nos fornos da baía gaditana, concretamente em Los Cipreses, Puente Melchor, Villanueva (García Vargas, 1998, p. 86).

Grupo 1

As ânforas recuperadas na Alcáçova da Santarém, que podem pertencer quer ao tipo 7 A quer ao 10 A, são maioritárias no conjunto alto imperial, representando 47% dos exemplares desta forma.

Como já referimos, têm bordos verticais, ou muito ligeiramente exvasados e não possuem qualquer molduração (Fig. 9). São bordos típicos dos primeiros momentos da produção gaditana de época augustana.

Não é impossível pensar que os de secção triangular (e.g. Fig. 9, n.º 32) correspondessem a colos mais altos e estreitos e integrassem assim a Dressel 7, variante A de García Vargas (1998). Os bordos de Santarém medem entre 3,3 e 4,5 cm de altura, e um diâmetro médio de 20 cm. Tais valores correspondem exactamente aos apresentados por García Vargas na caracterização do tipo (1998, p. 78).

Os dados do *limes* germânico, nomeadamente de Oberaden e Haltern, documentam a produção das 7 A no último decénio do século I a.C. (*apud* García Vargas, 1998, p. 78). Alguns naufrágios e centros de consumo, tanto hispânicos como gálicos, e mesmo italianos, provam a sua exportação nos inícios do século I d.C. Tudo indica que o seu fabrico não ultrapassa o final do principado de Augusto, quando são substituídas pelo subtipo B.

Na baía gaditana, os fornos de Las Galineras, em San Fernando, e de Torre Alta (Puerto Real) fabricaram estas ânforas (García Vargas, 1998, p. 79).

Importa ainda referir o contexto estratigráfico de alguns exemplares. Referimo-nos em particular a um conjunto de algumas ânforas (Fig. 9, n.º 31) que são provenientes de níveis do período tardo republicano, onde se recolheram igualmente ânforas Dressel 1, Haltern 70, Mañá C2, cerâmica campaniense A, B e B-óide, e ainda cerâmica de paredes finas e comum (Arruda, 2002, p. 149).

Um dos contextos de recolha deste tipo anfórico (Fig. 9, n.º 27) foi possível datar com maior precisão do reinado de Augusto, inícios do reinado de Tibério, dada a presença de *terra sigillata* tipo itálico: formas Consp. 12, 18, 22, 23 e 30, além de um exemplar de ânfora Dressel 12 (Viegas, 2003, p. 240).

Em níveis associados à fachada norte do templo romano de *Scallabis*, datados do século I, recolheu-se igualmente um exemplar de ânfora do tipo Dressel 7 (Viegas, 2003, p. 262).

Pertencem ainda ao nosso Grupo 1 ânforas de bordos também verticais e de secção triangular, mas cujos lábios possuem uma acentuada convexidade (Fig. 9, n.ºs 33 e 34). São muito semelhantes aos do forno de Las Galineras, aqui classificados como 7 C, embora não tenham sido as características formais do bordo que suscitou a García Vargas a separação entre a 7 C e a 7 A, dizendo mesmo que estes dois subtipos possuem bordos morfologicamente idênticos e iguais em todos os parâmetros (García Vargas, 1998, p. 80). O que os diferencia são apenas as dimensões dos colos, e, logicamente, dos corpos e suas capacidades.

Em Santarém, os bordos deste grupo que possuem secção sub-rectangular poderiam ser associados ao subtipo 10 A, subtipo que está, contudo, muito mal caracterizado e é pouco abundante,

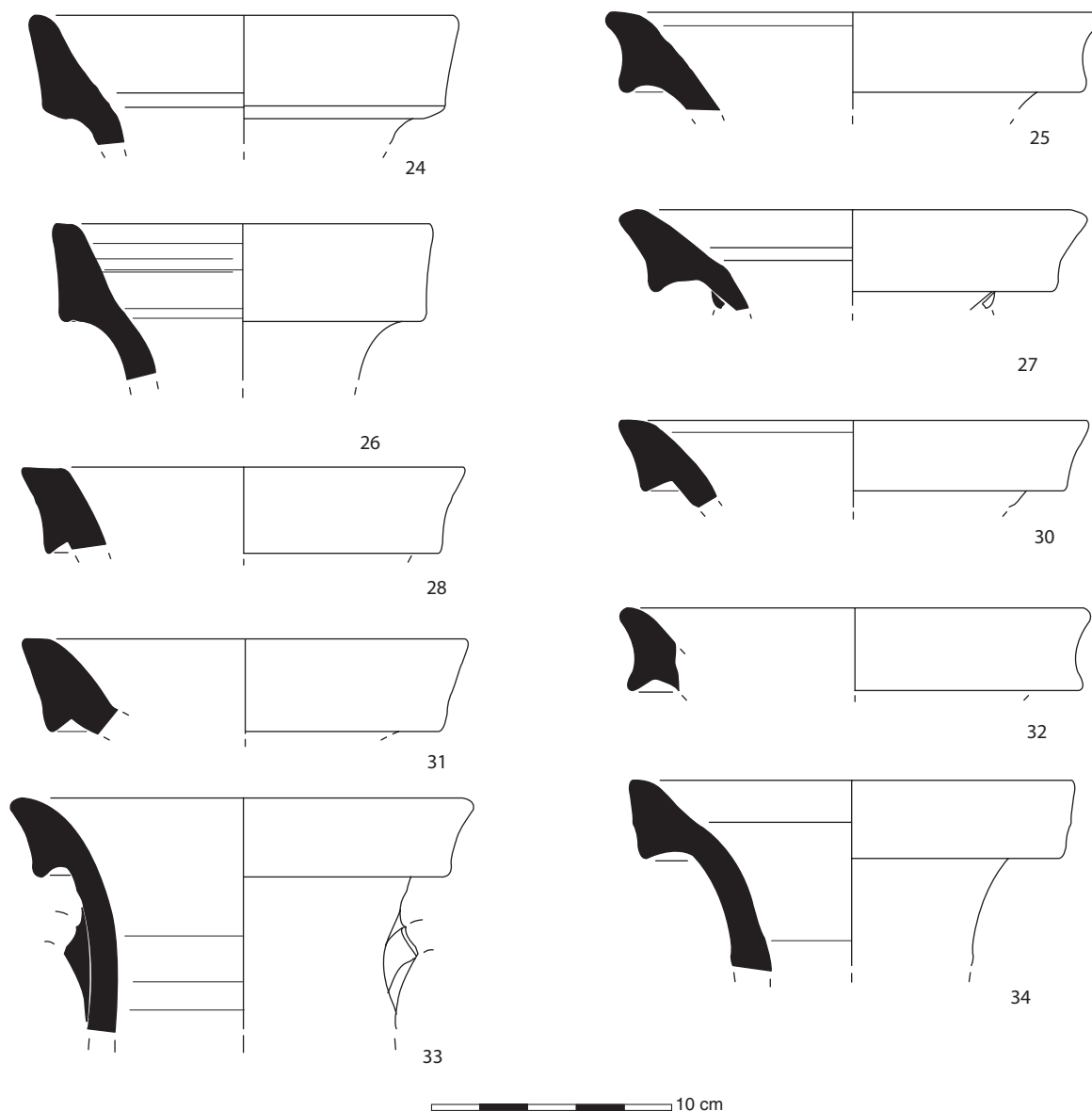


Fig. 9 Ânforas Dressel 7-11, Grupo 1.

tanto nos centros oleiros, como nos locais de consumo (García Vargas, 1998, p. 87). Segundo o colega de Sevilha, também quanto à filiação formal quase nada se sabe, para além da evidente inspiração nos tipos ovóides gaditanos (García Vargas, 1998, p. 87).

A cronologia do subtipo 10 A está mal definida nos fornos da baía gaditana, dada a sua escassa representatividade, mas pôde ser documentada nos acampamentos do *limes* germânico, nomeadamente em Oberaden, no primeiro decénio antes da Era. O naufrágio de Moro Boti permitiu localizar a sua produção ainda no primeiro quartel do século I d.C.

Um exemplar da ânfora Dressel 10A (Fig. 9, n.º 33) foi recolhido num nível com materiais bastante heterogêneos do ponto de vista cronológico, associados ao templo romano de *Scallabis*, nível esse que foi datado genericamente dos inícios do século I d.C. pela presença de *terra sigillata* itálica (Viegas, 2003, p. 261).

Grupo 2

Com bordos muito exvasados e moldurados encontraram-se 24 exemplares na Alcáçova de Santarém, que correspondem tipologicamente aos tipos 9 e 10 D (Fig. 10).

Não é possível ir mais longe na integração destes fragmentos na tabela de Dressel e na subdivisão que esta mereceu por parte de García Vargas (1998, 2000), uma vez que a diferenciação destas formas é feita através da forma geral das asas e da dimensão do corpo e da altura dos bicos fundeiros.

Ambos os tipos iniciaram a sua produção nos inícios do principado de Augusto, estando documentados no depósito de Longarina, datado do primeiro decénio do século I. No entanto, enquanto que o fabrico de Dressel 9 perdurou durante todo o século I, a Dressel 10 D parece ter desaparecido ainda na 1.^a metade do mesmo século.

Ainda incluído neste grupo 2, está um fragmento que nos parece pertencer a uma ânfora de tipo Dressel 11 (Fig. 10, n.º 38). Trata-se de um bordo alto, com caneluras fundas na superfície externa do lábio. A ligação do bordo ao colo não é tão acentuada como nos fragmentos anteriormente descritos, sendo obtida através de um ressalto.

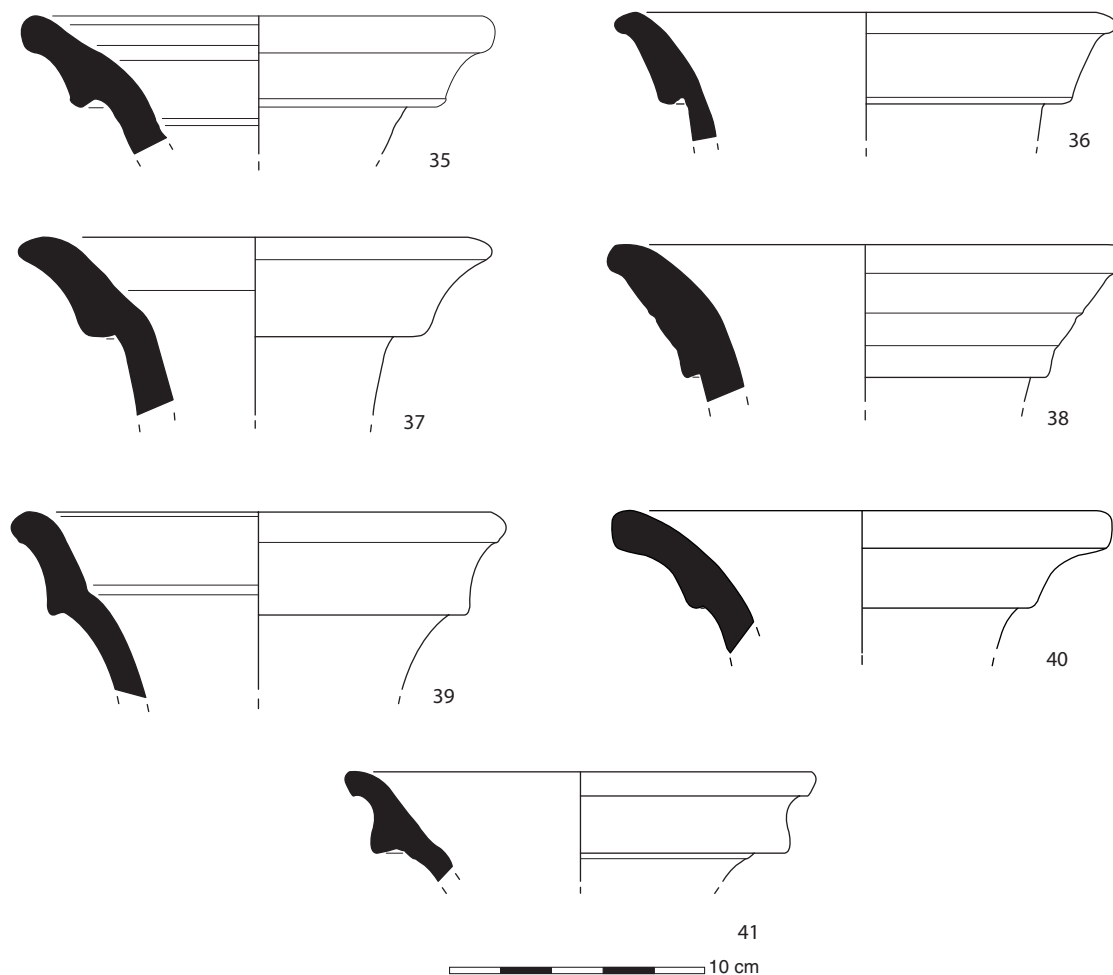


Fig. 10 Ânforas Dressel 7-11, Grupo 2.

Uma cronologia de meados do século I e princípio do século II foi demonstrada em Villanueva e na necrópole de Esperilla, respectivamente.

Apenas um exemplar do tipo Dressel 9 apresenta contexto estratigráfico digno de menção. Trata-se da ânfora (Fig. 10, n.º 41), que é originária de um contexto que «ofereceu abundante espólio do período tardo republicano» que já se referiu a propósito do contexto de recolha das ânforas do tipo Dressel 7 (Arruda, 2002, p. 149).

Dressel 14 (Beltrán IV)

Recolhemos apenas um fragmento passível de ser enquadrado neste tipo. Trata-se de um bordo de secção subcircular, espessado externamente, com um colo troncocónico (Fig. 11, n.º 42).

Na Alcáçova de Santarém, existem outros exemplares enquadráveis nesta forma, mas de produção Lusitana (Arruda et al., no prelo), estando as produções da baía gaditana representadas por este único bordo.

Trata-se de uma ânfora de tendência ovóide ou cilíndrica, destinada ao transporte de preparados de peixe. O início da sua produção ocorre no século I d.C.

O inegável ar de família existente entre o tipo Dressel 2-4 e estes recipientes sugere uma possível filiação morfológica destes naquele (García Vargas, 1998, p. 103), ainda que esta não seja completamente segura.

A sua produção na baía gaditana está bem documentada em Ponte Melchor (Puerto Real) (García Vargas, 1998, p. 83), e a cronologia da sua produção foi balizada entre o século I e III d.C. Contudo, os momentos finais do seu fabrico apenas se documentam nos centros oleiros da área de Málaga e Granada (Bernal Casasola, 2000, p. 274).

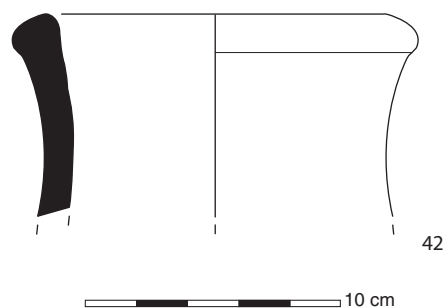


Fig. 11 Ânfora Dressel 14.

Beltrán II B

Um fragmento de bordo (Fig. 12, n.º 43) cuja pasta indica uma produção bética costeira integra-se, embora com algumas reservas, neste tipo anfórico. Trata-se de um fragmento de bordo ligeiramente aplanado, secção semicircular e apresenta uma moldura exterior.

É uma forma amplamente difundida no Império e o início da sua produção ocorre entre o reinado de Tibério e o de Cláudio. Contudo, só está atestada na Baía de Cádiz na segunda metade do século I d.C. (García Vargas, 1998, p. 108). O final da produção situa-se em meados do século III d.C. (Bernal Casasola, 1998, p. 239; Fabião e Guerra, 1993). Na baía gaditana, estão documentados centros de produção em Puerto Real e na zona de Jerez (García Vargas, 1998, p. 110).

No que respeita ao conteúdo transportado por estes contentores, estão documentados *tituli* alusivos a vinho e azeite (Liou, 1987, p. 70; García Vargas, 1998, p. 199).

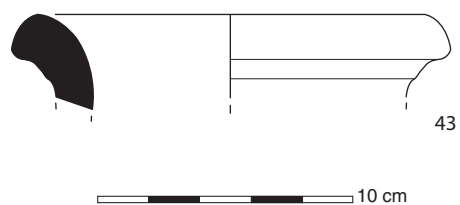


Fig. 12 Ânfora Beltrán II B.

5. Considerações finais

O conjunto das ânforas produzidas na área costeira da actual Andaluzia, e atrás apresentado, sugere ainda um conjunto de observações que parece importante discutir.

Em primeiro lugar, destaca-se a grande quantidade de importações de preparados de peixe fabricados no sul da Bética, sobretudo durante a época republicana, mas também no Alto Império. Os outros produtos (vinho e azeite) pesam muito pouco no conjunto. Esta apreciação seria ainda mais evidente se tivéssemos também em consideração os contentores oriundos do vale do Guadalquivir. Com efeito, se é verdade que as Haltern 70, as ovóides gaditanas, as Classe 67 e as Dressel 20 produzidas no vale daquele rio estão presentes em Santarém entre o século I a.C. e o século I d.C., o certo é que o número global de ânforas desta área é consideravelmente inferior ao obtido para a costa, concretamente a baía gaditana.

Por outro lado, há que referir que em Santarém é grande o número de ânforas Dressel 1 de produção itálica, tudo indicando, assim, que, durante quase todo século I a.C., o vinho que se consumia na actual capital ribatejana era italiano, não surpreendendo pois a escassez percentual de contentores béticos destinados ao envasamento deste produto. De qualquer modo, não podemos esquecer que as Haltern 70 produzidas no Guadalquivir começam a chegar a Santarém num momento em que o número de Dressel 1 itálicas diminuiu, para desaparecerem do conteúdo do inventário imediatamente a seguir (Arruda e Almeida, 2000).

Importa também dizer que, ainda em época republicana, domina, de forma muito expressiva, um tipo anfórico de características punicizantes – a Mañá C2, estando os restantes representados de modo apenas residual. Infelizmente, não são muitos os dados que possuímos de outros centros de consumo urbanos desta época para sabermos se a predominância desta forma ocorre também em outros sítios. No entanto, no outro caso onde uma amostra de considerável dimensão foi estudada – o Castelo de Castro Marim –, verificou-se que o tipo domina também no conjunto das importações da baía gaditana em momento localizado em torno aos meados do século I a.C. (Arruda et al., no prelo). De facto, o fabrico de ânforas da classe 67 e das oleárias antigas, bem como das primeiras Haltern 70, ânforas de morfologia tipicamente romanas, ocorre num momento em que as olarias da área de Cádiz produzem, maioritariamente, contentores de características eminentemente púnicas, como é o caso das Mañá-Pascual A4 evoluídas, das T.9.1.1.1. de Ramon Torres, das de tipo Carmona e, naturalmente, das Mañá C2.

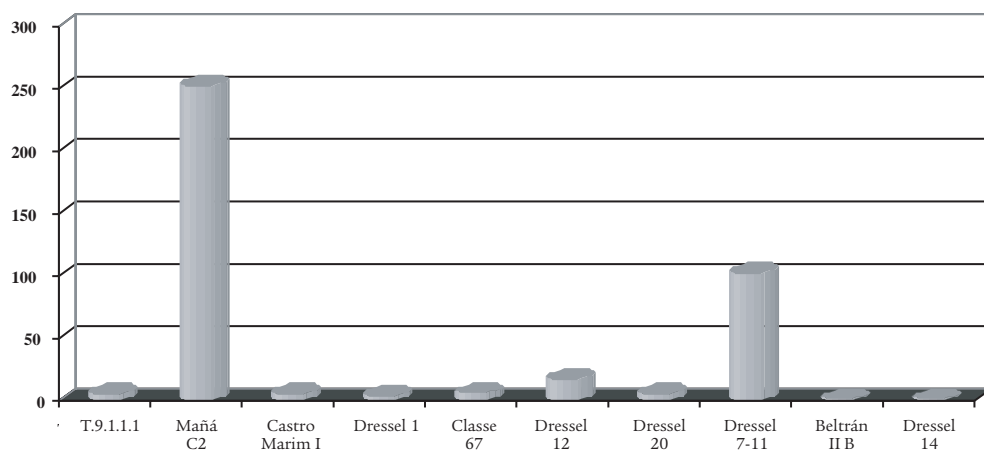


Fig. 13 Ânforas de produção bética costeira documentadas na Alcáçova de Santarém.

O estudo do espólio anfórico alto-imperial de Santarém proveniente da área costeira da actual Andaluzia possibilitou ainda concluir que o auge das importações se localizou entre o início do principado de Augusto e o reinado de Tibério, no fim do qual decrescem, para, a partir dos finais do período júlio-claudiano, se verificar uma muito acentuada quebra no abastecimento. Os dados permitem efectivamente ler uma tendência para a diminuição das exportações béticas para Santarém, a partir do final do reinado de Tibério, altura em que a Lusitânia, concretamente as olarias de Setúbal/Tróia, Lisboa e Peniche já abastecem *Scallabis* de preparados de peixe. Com efeito, a partir dos finais do reinado de Augusto, ânforas inspiradas em protótipos béticos, mas produzidas nos centros oleiros do Sado, do Tejo e de Peniche, começam, ainda que timidamente, a chegar a Santarém, situação que se prolonga por toda a segunda metade do século I e primeira metade do II d.C. e que se reacende nos meados do III (Arruda, Viegas e Bargão, no prelo). De qualquer modo, não se trata de uma substituição efectiva, uma vez que o volume das ânforas lusitanas em momentos mais tardios é sempre consideravelmente inferior ao das produzidas na Bética, em época imediatamente anterior. O que parece tratar-se é, como se verá, da perda da capacidade económica do sítio, situação que terá que relacionar com o facto de a sua importância ser grande entre os finais da república e o reinado de Augusto, mas que parece, a partir do século II d.C., ter sido perdida para Lisboa.

No entanto, convém insistir que, para a época alto-imperial, concretamente entre os inícios de Augusto e o final da dinastia flávia, os preparados de peixe béticos continuam a dominar sobre os outros produtos com a mesma origem, dominando também, como é óbvio, as produções costeiras face às do vale do Guadalquivir, área de onde chegam agora escassas Dressel 20 flávias.

Parece evidente que, durante o Alto-Império, os preparados de peixe chegaram a Santarém envasados, quase exclusivamente, no grande grupo das Dressel 7 a 11, ainda que, dentro deste, se possa dizer que o 8 está ausente e o 11 poderá incluir um único exemplar. Com efeito, a Beltrán II e a Dressel 14 registadas são tão residuais que servem apenas para não desmentir a unicidade das 7 a 11.

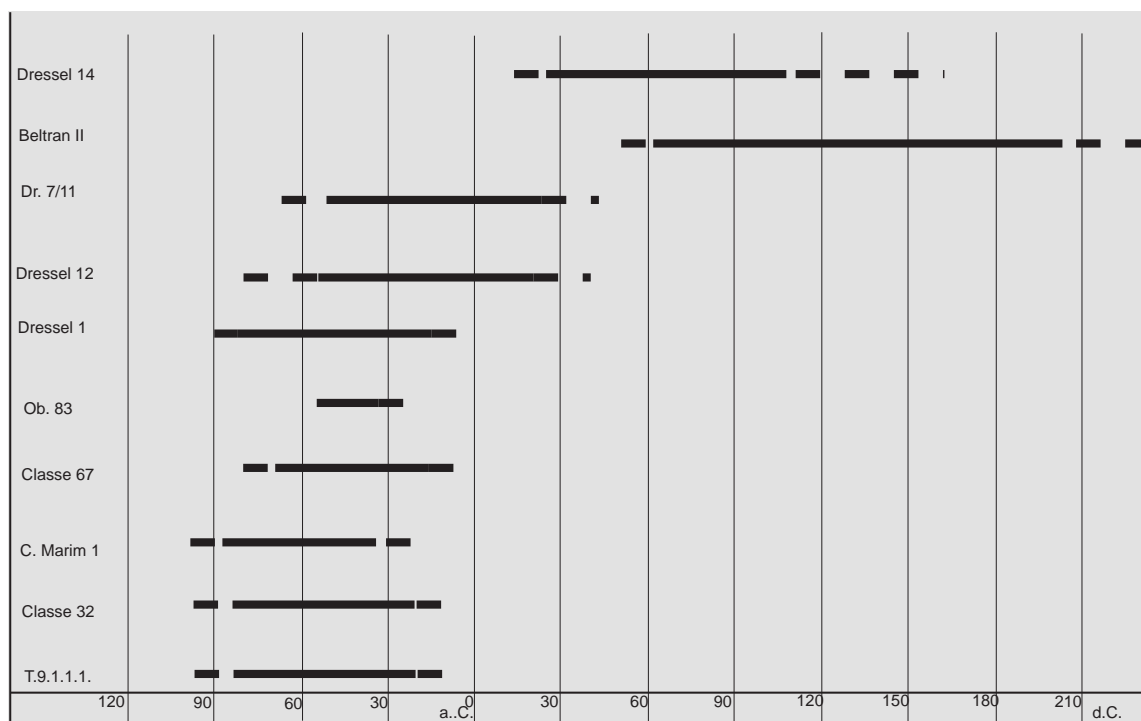


Fig. 14 Cronologia do conjunto anfórico de origem bética costeira na Alcáçova de Santarém.

Uma palavra impõe-se ainda sobre o abrandamento das importações exteriores à Lusitânia em Santarém, a partir dos finais dos Flávios. A situação que as ânforas béticas evidenciam está também patente noutros conjuntos cerâmicos já estudados, tendo ficado demonstrado que a importância que a cidade possui durante a época republicana e os momentos iniciais do Alto Império não é comparável à que assume a partir dos finais do século I. Tal facto, pode ser já atestado pelo estudo de outros conjuntos cerâmicos, concretamente o da *terra sigillata* (Viegas, 2003), das paredes finas (Arruda e Sousa, 2003) e da cerâmica de engobe vermelho pompeiano (Arruda e Viegas, 2002) e poderá relacionar-se com o predomínio crescente de *Olisipo* enquanto o mais importante núcleo urbano da área ocidental da Lusitânia. Espera-se que os estudos sobre a Lisboa imperial, que certamente resultarão dos muitos milhares de metros quadrados escavados na actual capital, possam confirmar ou infirmar esta nossa convicção.

Durante todo o século I, mas sobretudo na sua primeira metade, produtos manufacturados de origem bética acompanharam a chegada a Santarém dos preparados piscícolas. Muitos são os almofarizes fabricados na baía gaditana e no Guadalquivir exumados durante os trabalhos de campo (Arruda e Viegas, 2004) e a *terra sigillata* de Andújar está também bem representada (Viegas, 2003).

As relações estabelecidas entre o litoral ocidental português e o Sul da actual Andaluzia são, pois, grandes entre os finais da República e pelo menos os finais do século I d.C., e parecem recuperar a situação existente no início da Idade do Ferro, quando Gadir assumiu papel preponderante na ligação ao litoral ocidental português (Arruda, 1999-2000).

NOTAS

- ¹ UNIARQ. Centro de Arqueologia
Faculdade de Letras
1600-214 Lisboa
a.m.arruda@fl.ul.pt
- ² UNIARQ. Centro de Arqueologia
Faculdade de Letras
1600-214 Lisboa
c.viegas@fl.ul.pt

- ³ Colaboradora da UNIARQ. Centro de Arqueologia
Faculdade de Letras
1600-214 Lisboa
patricia_bargao@mail.pt

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1976) - Les amphores. In *Fouilles de Conimbriga VI. Ceramiques diverses et verres*. Paris: Diffusion de Boccard, p 79-91.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) - Les villas romaines de São Cucufate (Portugal). Paris: Editions de Boccard.
- ARANEGUI GASCÓ, C. (2001) - *Lixus colonia fenicia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupación medieval*. *Saguntum* Extra 4. Valência: Universidad.
- ARRUDA, A. M. (1999/2000) - *Los fenicios en Portugal: fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1998) - As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas 1983 - 1991). *Conimbriga*. Coimbra. 32, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (2000) - Importação e consumo de vinho Bético na Colónia Romana de Scallabis (Santarém, Portugal). In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Ecija 1998). Sevilha: Editorial Gráficas Sol. II, p. 703-715.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2003) - A cerâmica de paredes finas na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:1, p. 236-286.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002) - A cerâmica de engobe vermelho pompeiano na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:1, p. 221-238.

- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2004) - Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In *Actes du Congrès de la Société Française d'Etude de la céramique Antique en Gaule*. Marseille, p. 341-349.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGAÇO (no prelo) - Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém. In *Actas do colóquio de Homenagem a Françoise Mayet* (Setúbal, Junho de 2004).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGAÇO, P.; PEREIRA, R. (no prelo) - As importações de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do colóquio de Homenagem a Françoise Mayet* (Setúbal, Junho de 2004).
- BERNAL CASASOLA, D. (2000) - La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el bajo imperio romano. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Écija 1998). Écija: Gráficas Sol, I, p. 239-372.
- BERNAL, D.; ARÉVALO, A.; LORENZO, L.; AGUILERA, L. (2003) - Imitations of Italic amphora for fish sauce in Baetica. New evidence from the salt-fish factory of Baelo Claudia (Hispania). In *Rei Cretaniae Romanae fautores*. 38. Abdington, p. 305-314.
- BERNAL D.; DÍAZ, J. J.; EXPÓSITO, J. A.; SÁEZ, A. M.; LORENZO, L.; SÁEZ, A. (2003) - *Arqueología y urbanismo. Avance de los hallazgos de época púnica y romana en las obras de la carretera de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Cádiz: Universidad.
- CALLU, J.P. [et al.] (1965) - *Thamusida I*. Paris: De Boccard.
- COLLS, D.; ETIENNE, R.; LEQUEMENT, R.; LIOU, B.; MAYET, F. (1977) - L'épave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à l'époque de Claude. *Archeonautica*. Paris. 1.
- DRESSEL, H. (1889) - *Corpus Inscriptonum Latinarum*, XV, 2, *Inscriptiones Urbis Romae Latinae. Instrumentum Domesticum. Partis posterioris fasciculus I*, Berlin: Reimer.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN; MAYET, F. (1994) - *Un grand complexe industriel à Tróia Portugal*. Paris: De Boccard.
- FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: INIC.
- FABIÃO, C. (1998) - *O mundo indígena e a sua romanização em área céltica do território hoje português*. Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Policopiado.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994) - As ocupações antigas de Mesas de Castelinho, resultados preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, II, p. 275-289.
- GARCIA VARGAS, E. (1996) - La producción anfórica en la Bahía de Cádiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. Sevilla. 27, p. 49-62.
- GARCIA VARGAS, E. (1998) - *La producción ánforas en la Babia de Cádiz en la época romana (Siglos II a.c.- IV d.c.)*. Écija: Editorial Gráficas Sol.
- GARCIA VARGAS, E. (2000) - La producción de ánforas "romanas" en el Sur de Hispania. República y Alto Imperio. In *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Écija 1998). Écija: Gráficas Sol, I, p. 57-174.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1988) - Escavações do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares. In *Actas del 1º Congreso Peninsular de Historia Antiga (Santiago de Compostela, 1986)*. Santiago de Compostela: Universidade I, p. 307-328.
- HESNARD, A.; LEMOINE, C. (1981) - Les amphores du Cécube et du Falerne: prospections, typologie, analyses. *Mélanges de l'École Française de Rome (Antiquité)*. Roma. 93, p. 243- 295.
- LIU, B. (1987) - L'exportation du vin de Tarraconaise d'après les épaves. In *El Vi a l'Antiguitat Economia Produccio i Comerç al Mediterrani Occidental (I Colloqui d'Arqueologia Romana)*. Badalona: Museu (Monografies Baladonines; 9), p. 271-284.
- MOLINA VIDAL, J. (1995) - Las ánforas "Lomba do Canho 67". Aportaciones al estudio de un nuevo tipo: difusión y valoración económica. In *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología* (Vigo 1993). Vigo: Ministerio de Cultura, II, p. 419-424.
- MOLINA VIDAL, J. (2000) - Las primeras exportaciones béticas en el Mediterráneo Occidental In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae* (Écija 1998). Écija: Editorial Gráficas Sol. II, p. 665-682.
- PEACOCK, D. P. S. (1977) - Amphorae and the Baetican fish industry. *Antiquaries Journal*. London. 57, p. 262-269.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D.F. (1991) - *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide*. London: Longman.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978) - Tipología y cronología de la ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 9, p. 365-400.
- PELLICER CATALÁN, M. (1982) - Las cerámicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno (Sevilla). In *Phonizier im Westen*. Mainz: Philipp v. Zabern (Madrider Beiträge; 8), p. 371-402
- PIMENTA, J. P. (2004) - *As ânforas romanas do Castelo de S. Jorge (Lisboa)*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- RAMON TORRES, J. (1995) - *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- SOEIRO, T. (1984) - Monte Mozinho: apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel. 3ª Série, 1.
- TYERS, P. (1996) - *Roman Pottery in Britain*. London: Routledge.
- VIEGAS, C. (2003) - *A terra sigillata da Alcáçova de Santarém. Cerâmica, economia e comércio*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 26).
- VIEGAS, C. (no prelo) - O forno romano da Manta Rota (Algarve). In *Actas do Colóquio de Homenagem a Françoise Mayet* (Setúbal, Junho 2004).